



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

## **N.º 154-A, DE 2024**

**(Do Sr. Evair Vieira de Melo)**

Dispõe sobre a possibilidade de as microempresas e as empresas de pequeno porte, inclusive as optantes pelo regime do Simples Nacional, se constituírem como sociedades por ações, e sobre a participação de investidor-anjo no capital das microempresas e empresas de pequeno porte; tendo parecer da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. PROFESSOR ALCIDES).

**DESPACHO:**  
ÀS COMISSÕES DE  
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS;  
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIACÃO:**  
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

### **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços:

- Parecer do relator
- Emenda oferecida pelo relator
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2024**

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

*Dispõe sobre a possibilidade de as microempresas e as empresas de pequeno porte, inclusive as optantes pelo regime do Simples Nacional, se constituírem como sociedades por ações, e sobre a participação de investidor-anjo no capital das microempresas e empresas de pequeno porte.*

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Essa Lei dispõe sobre a possibilidade de as microempresas e as empresas de pequeno porte, inclusive as optantes pelo regime do Simples Nacional, se constituírem como sociedades por ações, e sobre a participação de investidor-anjo no capital das microempresas e empresas de pequeno porte.

**Art. 2º** O art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a inclusão do seguinte § 4º-A:

"Art. 3º .....

.....

*§ 4º-A. Não se aplicam as vedações previstas nos incisos I, III, IV, e V do § 4º deste artigo na hipótese de a participação da pessoa física ou da pessoa jurídica na microempresa ou na empresa de pequeno porte, optantes ou não pelo regime do Simples Nacional, se der na forma de investidor-anjo.*

....."

(NR)



**Art. 3º** Fica revogado o inciso X do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Este projeto tem como objetivo permitir que as microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP), inclusive as optantes pelo regime do Simples Nacional, se constituam como sociedades por ações, bem como permitir a participação de investidor-anjo no capital dessas ME e EPP sem algumas das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O objetivo é avançar no ecossistema empreendedor brasileiro, oferecendo aos sócios fundadores dessas empresas uma ferramenta mais eficaz para controlar a diluição de suas participações acionárias, um ponto crucial em processos de captação de investimentos.

Além de revogar a restrição às ME e às EPP se constituírem como sociedade anônima, o texto altera a Lei Complementar nº 123, de 2006, para prever a não aplicação das vedações de: i) participação de outra pessoa jurídica no seu capital; ii) participação de pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar; iii) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006; e iv) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos.



No entanto, para proteger a natureza do regime do Simples Nacional, que prevê um regime tributário favorecido para empresas de menor porte, previmos no texto desta proposição que o relaxamento das vedações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, aconteceria apenas na hipótese de a participação da pessoa jurídica ou física ocorrer na forma de **investidor-anjo**, cujo conceito e regras estão definidos na Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021 (marco legal das *startups* e do empreendedorismo inovador).

Nesse sentido, ressaltamos que uma das regras aplicáveis ao investidor-anjo é que será remunerado por seus aportes, nos termos do contrato de participação, pelo prazo máximo de sete anos, não sendo considerado “sócio” para efeito de voto na administração da empresa.

A introdução dessa opção alinharia o Brasil às melhores práticas internacionais e permitiria uma maior flexibilidade na gestão societária. Os empresários teriam a possibilidade de escolher o tipo societário que melhor se adapta às necessidades de crescimento e captação de recursos de suas empresas, sem renunciar ao controle necessário sobre o futuro do negócio.

A esse respeito, é oportuno apresentar a seguinte argumentação constante de publicação “*Capital Empreendedor*”, de autoria do então Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes), acerca da importância de as ME e EPP que receberem investimentos-anjo migrarem para o modelo societário de sociedades anônimas:

*[...] é extremamente importante que, até a saída do investidor-anjo, a empresa investida efetue a alteração de sua natureza jurídica para sociedade por ações, caso não seja esse o modelo societário empregado no momento do investimento inicial. Essa questão é relevante, pois a transformação para o modelo de sociedade anônima possibilita o*



*aprimoramento da governança, da transparência e do ambiente empresarial na economia, e também prepara a empresa para o aumento da transparência para subseqüentes aportes de capitais por meio de fundos de investimento em participações (os quais apenas podem ser direcionados a sociedades anônimas).<sup>1</sup>*

Ao permitir a captação de investidores-anjo, pessoas jurídicas ou físicas, por um período determinado, sem a perda dos benefícios do Simples Nacional, nossa proposta demonstra um entendimento das necessidades das MEs e EPPs e um compromisso com o fomento do crescimento empresarial.

Em resumo, essa medida permitirá que as empresas aproveitem plenamente as oportunidades de crescimento, mantendo a governança necessária para um desenvolvimento sustentável e competitivo.

Ao adotar essa medida, o Brasil demonstraria um compromisso ainda maior com o fomento do empreendedorismo inovador, proporcionando um ambiente mais atrativo para investimentos e contribuindo para o fortalecimento da economia nacional.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2024.

**Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO**

<sup>1</sup> Capital empreendedor. Câmara dos Deputados, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, 2014, p. 187. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/items/2c7cd34f-db77-4bc9-85e2-64fb217310a9>>. Acesso em: set.2024.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:200612-14;123">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:200612-14;123</a>
---	---

# COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 154, DE 2024

Dispõe sobre a possibilidade de as microempresas e as empresas de pequeno porte, inclusive as optantes pelo regime do Simples Nacional, se constituírem como sociedades por ações, e sobre a participação de investidor-anjo no capital das microempresas e empresas de pequeno porte.

**Autor:** Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

**Relator:** Deputado PROFESSOR ALCIDES

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 154, de 2024, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo, busca estabelecer que as microempresas e as empresas de pequeno porte, inclusive as optantes pelo regime do Simples Nacional, poderão se constituir como sociedades por ações, e que essas empresas poderão receber aportes de capital de investidores-anjo, sem que, para isso, tenham de deixar o referido regime do Simples Nacional.

Para esse objetivo, a proposição altera o art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que é o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e que instituiu o Simples Nacional, de forma que passe a vigorar:

- com a revogação do inciso X do § 4º do referido art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, o qual impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional seja constituída como Sociedade Anônima;



- com a inclusão do novo § 4º-A proposto pelo projeto ao referido art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Destaca-se que, para que a microempresa ou empresa de pequeno porte continue como optante do Simples Nacional, o novo § 4º-A busca prever a não aplicação das seguintes vedações, na hipótese de a incidência da vedação ser decorrente de uma participação de investidores-anjo no capital de micro ou pequena empresa:

- participação de outra pessoa jurídica no seu capital;
- participação de pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa optante pelo simples Nacional;
- cujo titular ou sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa não beneficiada pelo simples Nacional; e
- cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos.

Por fim, o projeto dispõe que a Lei Complementar decorrente dessa proposição entra em vigor na data de sua publicação.

A proposição, que tramita em regime de prioridade e está sujeita à apreciação do Plenário, foi distribuída à Comissão de Indústria, Comércio e Serviços; à Comissão de Finanças e Tributação, que apreciará seu mérito e sua adequação orçamentário-financeira; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se manifestará sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

É o relatório.





## II - VOTO DO RELATOR

A presente proposição busca estabelecer que as microempresas e as empresas de pequeno porte poderão se constituir como sociedades por ações e receber aportes de capital de investidores-anjo sem que, para isso, tenham de deixar o regime do Simples Nacional.

De acordo com a justificação do autor, o objetivo é aprimorar o ecossistema empreendedor brasileiro e, nesse sentido, viabilizar que a micro ou pequena empresa possa se constituir como sociedade anônima e que possa receber aporte de investidores-anjo enquanto estão no Simples Nacional seria uma medida essencial. O autor aponta que os empresários teriam a possibilidade de escolher o tipo societário que melhor se adapta às necessidades de crescimento e captação de recursos de suas empresas, sem renunciar ao controle necessário sobre o futuro do negócio.

O autor também destaca, acerca do tema, a seguinte argumentação da publicação “Capital Empreendedor”, de autoria do Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) desta Câmara dos Deputados:

[...] é extremamente importante que, até a saída do investidor-anjo, a empresa investida efetue a alteração de sua natureza jurídica para sociedade por ações, caso não seja esse o modelo societário empregado no momento do investimento inicial. Essa questão é relevante, pois a transformação para o modelo de sociedade anônima possibilita o aprimoramento da governança, da transparência e do ambiente empresarial na economia, e também prepara a empresa para o aumento da transparência para subseqüentes aportes de capitais por meio de fundos de investimento em participações (os quais apenas podem ser direcionados a sociedades anônimas).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Capital empreendedor. Câmara dos Deputados, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, 2014, p. 187. Disponível em:

<[https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/capital\\_empreendedor%20-3.pdf](https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/capital_empreendedor%20-3.pdf)>. Acesso em: mai.2025.



Nesse sentido, o autor pondera que adotar as medidas ora propostas significaria compreender as necessidades das micro e pequenas empresas e representaria um compromisso com o fomento ao seu crescimento. Aponta que essas empresas poderiam, assim, aproveitar plenamente as oportunidades de crescimento por meio de captação de recursos para alcançar um desenvolvimento sustentável e competitivo.

Em nosso entendimento, a proposição trata de tema especialmente relevante para o crescimento das microempresas e das empresas de pequeno porte não apenas em decorrência da captação de investimentos-anjo como pela possibilidade dessas empresas poderem passar a utilizar a estrutura societária de sociedade anônima, sem que tenham de deixar o Simples Nacional em decorrência dessas ações.

Como efeito, consideramos que o modelo de sociedade anônima é o mais adequado para a governança corporativa das empresas e o mais transparente para acionistas, credores e colaboradores da empresa, e essa migração deve ser incentivada para o aprimoramento do ambiente empresarial do País.

Nesse sentido, consideramos que as pequenas empresas optantes pelo Simples que estejam alcançando sucesso em seus negócios devem ter aberta a possibilidade de migrarem para a estrutura da sociedade anônima, desde que atendidos os limites de receita bruta anual estipulados pela Lei Complementar nº 123, de 2006, e os demais requisitos por ela estipulados para a fruição desse regime tributário incentivado.

Em relação à fruição do Simples Nacional após a micro ou pequena empresa ter recebido aporte de investimentos-anjo, há que se observar que o tema é tratado nos arts. 61-A e 61-B da Lei Complementar nº 123, de 2006. Todavia, consideramos haver um moderado risco de insegurança jurídica quanto à permanência no regime do Simples Nacional quando houver esse aporte de recursos.

Ocorre que o art. 61-B estipula expressamente que *a emissão e a titularidade de **aportes especiais** não impedem a fruição do Simples Nacional*. Todavia, o art. 61-A, em nenhum momento, estipula que os aporte de investimentos-anjo sejam *aportes especiais*, muito embora, pelas suas particularidades, pareça-nos claro que a intenção do legislador é que, de fato, sejam considerados como tal.



Dessa forma, consideramos que uma alternativa preferível para elucidar a questão seria aprimorar a redação do art. 61-B, ao invés de promover as alterações propostas pelo projeto na forma do novo § 4º-A sugerido a integrar o art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Dessa forma, somos amplamente favoráveis ao projeto em análise, o qual pode ser aprimorado por meio da Emenda nº 1 que ora apresentamos, que busca estipular que a emissão e a titularidade dos aportes especiais de que trata o art. 61-A não impedem a fruição do Simples Nacional.

Assim, em face do exposto, **nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 154, de 2024, com a Emenda nº 1 anexa que ora apresentamos.**

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputado PROFESSOR ALCIDES  
Relator



**COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 154, DE 2024**

Dispõe sobre a possibilidade de as microempresas e as empresas de pequeno porte, inclusive as optantes pelo regime do Simples Nacional, se constituírem como sociedades por ações, e sobre a participação de investidor-anjo no capital das microempresas e empresas de pequeno porte.

**EMENDA Nº**

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 2º O art. 61-B da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 61-B. A emissão e a titularidade dos aportes especiais de que trata o art. 61-A não impedem a fruição do Simples Nacional." (NR) "

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputado PROFESSOR ALCIDES  
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 154, DE 2024

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, opinou pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 154/2024, com emenda, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Professor Alcides.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Beto Richa - Presidente, Any Ortiz e Josenildo - Vice-Presidentes, Amaro Neto, Augusto Coutinho, Delegado Ramagem, Heitor Schuch, Jack Rocha, Luis Carlos Gomes, Luiz Fernando Vampiro, Zé Adriano, Daniel Agrobom, Julio Lopes, Kim Kataguirí, Lucas Ramos, Luiz Gastão, Professor Alcides e Vitor Lippi.

Sala da Comissão, em 27 de maio de 2025.

Deputado BETO RICHA  
Presidente



# COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 154, DE 2024

Dispõe sobre a possibilidade de as microempresas e as empresas de pequeno porte, inclusive as optantes pelo regime do Simples Nacional, se constituírem como sociedades por ações, e sobre a participação de investidor-anjo no capital das microempresas e empresas de pequeno porte.

### EMENDA ADOTADA Nº

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 2º O art. 61-B da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 61-B. A emissão e a titularidade dos aportes especiais de que trata o art. 61-A não impedem a fruição do Simples Nacional." (NR) "

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado PROFESSOR ALCIDES  
Relator

Deputado BETO RICHÁ  
Presidente

